

SUMÁRIO

1. Introdução	21
2. Teoria Geral dos Recursos.....	39
2.1. Conceito e natureza jurídica.....	39
2.2. Sistema dos meios de impugnação das decisões judiciais	42
2.3. Classificação dos recursos	46
2.4. Princípios	50
2.4.1. Princípio do duplo grau de jurisdição.....	50
2.4.2. Princípio da unirrecorribilidade, unicidade ou singularidade	57
2.4.3. Princípio da taxatividade.....	61
2.4.4. Princípio da fungibilidade	64
2.4.5. Princípio da voluntariedade.....	68
2.4.6. Princípio da vedação à <i>reformatio in pejus</i>	69
2.4.7. Princípio da primazia do julgamento de mérito.....	73
2.4.8. Princípio da dialeticidade	75
2.4.9. Princípio da colegialidade	78
2.5. Juízo de admissibilidade recursal	82
2.5.1. Cabimento	85
2.5.2. Legitimidade.....	86
2.5.2.1. Legitimidade das partes e do <i>amicus curiae</i>	86
2.5.2.2. Legitimidade do juiz e de auxiliares da justiça.....	88
2.5.2.3. Legitimidade de terceiros.....	89
2.5.2.4. Legitimidade do Ministério Público.....	94
2.5.3. Interesse recursal.....	95
2.5.4. Pressupostos negativos: inexistência de fato impeditivo ou extintivo do poder de recorrer	101
2.5.4.1. Renúncia.....	102
2.5.4.2. Aquiescência à decisão.....	105
2.5.4.3. Desistência do recurso	106
2.5.5. Regularidade formal.....	108

2.5.6.	Tempestividade.....	110
2.5.7.	Preparo.....	116
2.5.8.	Natureza do juízo de admissibilidade	120
2.6.	Efeitos dos recursos	122
2.6.1.	Efeito devolutivo.....	123
2.6.1.1.	Inovação fática e probatória em grau recursal	127
2.6.1.2.	Teoria da causa madura.....	129
2.6.1.3.	Efeito translativo.....	133
2.6.2.	Efeito suspensivo	136
2.6.3.	Efeito obstativo.....	144
2.6.4.	Extensão subjetiva de efeitos.....	145
2.6.5.	Efeito substitutivo	146
2.6.6.	Efeito de retratação.....	147
2.7.	Recurso adesivo	148
2.8.	Remessa necessária.....	154
2.8.1.	Generalidades	154
2.8.2.	Conceito e natureza jurídica	157
2.8.3.	Hipóteses de cabimento	158
2.8.4.	Procedimento.....	161
2.8.5.	Efeitos.....	163
3.	Do procedimento perante o tribunal	165
3.1.	Do protocolo, do registro e da distribuição	166
3.2.	Das funções do relator	172
3.2.1.	Atos praticados prioritariamente por decisão unipessoal do relator	172
3.2.2.	Incumbências do relator compartilhadas com o órgão colegiado	177
3.3.	Procedimento	181
3.3.1.	Sustentação oral.....	184
3.3.2.	Técnica de ampliação da turma julgadora em caso de decisões não unânimes.....	188
3.4.	Honorários de sucumbência recursal.....	193
4.	Recursos em espécie	201
4.1.	Apelação	201
4.1.1.	Conceito	201
4.1.2.	Cabimento	202
4.1.3.	Demais requisitos de admissibilidade	211
4.1.4.	Procedimento.....	212

4.1.5.	Efeitos.....	214
4.2.	Agravo de instrumento	216
4.2.1.	Conceito	216
4.2.2.	Cabimento	220
4.2.2.1.	Decisão sobre tutela provisória.....	221
4.2.2.2.	Decisão de mérito	222
4.2.2.3.	Decisão que rejeita alegação de convenção de arbitragem.....	224
4.2.2.4.	Decisão que versa sobre incidente de desconsideração da personalidade jurídica.....	225
4.2.2.5.	Decisão que rejeita pedido de gratuidade de justiça ou acolhe pedido de sua revogação	226
4.2.2.6.	Decisão que versa sobre exibição ou posse de documento ou coisa	228
4.2.2.7.	Decisão que versa sobre exclusão de litisconsorte	229
4.2.2.8.	Decisão de rejeição do pedido de limitação do litisconsórcio	230
4.2.2.9.	Decisão de admissão ou inadmissão de intervenção de terceiros.....	231
4.2.2.10.	Decisão de concessão, modificação ou revogação do efeito suspensivo aos embargos à execução...	232
4.2.2.11.	Decisão sobre redistribuição do ônus da prova....	233
4.2.2.12.	Outras hipóteses de cabimento previstas em lei.....	235
4.2.2.13.	Cabimento do agravo de instrumento pela incompatibilidade procedimental da impugnação em apelação.....	238
4.2.2.14.	A questão da preclusão	239
4.2.2.15.	O julgamento antecipado parcial de mérito e as decisões interlocutórias anteriores não agraváveis...	243
4.2.3.	Demais requisitos de admissibilidade	245
4.2.3.1.	Regularidade formal: a formação do instrumento ...	245
4.2.3.2.	A comunicação da interposição do agravo de instrumento perante o juízo de primeira instância...	248
4.2.3.3.	Tempestividade e preparo.....	250
4.2.4.	Procedimento.....	252
4.2.5.	Efeitos.....	255
4.3.	Embargos de declaração.....	257
4.3.1.	Conceito	257
4.3.2.	Cabimento	258

4.3.2.1.	Erro material.....	259
4.3.2.2.	Obscuridade	260
4.3.2.3.	Contradição	261
4.3.2.4.	Omissão.....	262
4.3.2.4.1.	Decisão motivada sobre pedidos e requerimentos.....	263
4.3.2.4.2.	Valoração da prova.....	267
4.3.2.4.3.	Exame das questões apreciáveis de ofício.....	268
4.3.2.4.4.	Exame para fins de prequestionamento	268
4.3.3.	Demais requisitos de admissibilidade	269
4.3.4.	Procedimento.....	270
4.3.5.	Efeitos.....	273
4.3.5.1.	Efeito devolutivo.....	273
4.3.5.2.	Efeito suspensivo	273
4.3.5.3.	Efeito interruptivo	275
4.3.5.4.	Efeito modificativo	277
4.3.6.	Natureza da decisão que julga os embargos de declaração	279
4.3.7.	Embargos de declaração protelatórios.....	280
4.4.	Agravo Interno	283
4.4.1.	Cabimento	284
4.4.2.	Demais requisitos de admissibilidade	287
4.4.3.	Procedimento.....	288
4.4.3.1.	Imposição de multa.....	292
4.4.3.2.	Fungibilidade entre embargos de declaração e agravo interno	293
4.4.4.	Efeitos.....	294
4.5.	Recurso Ordinário.....	295
4.5.1.	Cabimento	295
4.5.2.	Demais requisitos de admissibilidade	298
4.5.3.	Procedimento.....	299
4.5.4.	Efeitos.....	300
4.6.	Recurso Extraordinário e Recurso Especial	301
4.6.1.	Conceito	301
4.6.2.	Requisitos de admissibilidade dos recursos extraordinário e especial.....	303
4.6.2.1.	O conceito de causa	304
4.6.2.2.	Questões de fato e de direito: limitação cognitiva nos recursos extraordinários.....	305

4.6.2.3.	Recursos extraordinários e interpretação contractual.....	311
4.6.2.4.	“Causas decididas”: o prequestionamento.....	313
4.6.2.5.	Exaurimento das instâncias ordinárias.....	318
4.6.2.6.	Demais requisitos comuns de admissibilidade.....	319
4.6.3.	Efeitos dos recursos extraordinário e especial.....	321
4.6.3.1.	Efeito Suspensivo.....	321
4.6.3.2.	Efeito Devolutivo.....	322
4.6.4.	Requisitos específicos de admissibilidade do Recurso Especial.....	324
4.6.4.1.	Cabimento do Recurso Especial.....	325
4.6.4.1.1.	Alínea <i>a</i> : “contrariar tratado ou lei federal, ou negar-lhes vigência”.....	325
4.6.4.1.2.	Alínea <i>b</i> : “julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal”.....	327
4.6.4.1.3.	Alínea <i>c</i> : “dar a lei federal interpretação divergente da que lhe haja atribuído outro tribunal”.....	328
4.6.4.2.	Decisões emanadas de tribunais.....	330
4.6.4.3.	A relevância da questão de direito.....	333
4.6.5.	Requisitos específicos de admissibilidade do Recurso Extraordinário.....	338
4.6.5.1.	Cabimento do Recurso Extraordinário.....	338
4.6.5.1.1.	Alínea <i>a</i> : “contrariar dispositivo desta Constituição”.....	338
4.6.5.1.2.	Alínea <i>b</i> : “declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal”.....	340
4.6.5.1.3.	Alínea <i>c</i> : “julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face desta Constituição”....	341
4.6.5.1.4.	Alínea <i>d</i> : “julgar válida lei local contestada em face de lei federal”.....	342
4.6.5.2.	Repercussão Geral.....	343
4.6.6.	Procedimento.....	350
4.6.6.1.	Interposição simultânea dos recursos especial e extraordinário.....	353
4.6.6.2.	Recursos especial e extraordinário e o princípio da fungibilidade.....	354
4.6.7.	Exame da admissibilidade dos recursos especial e extraordinário pelo tribunal local e formas de impugnação.....	357

4.6.7.1.	Possíveis decisões do presidente ou vice-presidente do tribunal quando do recebimento do recurso: art. 1.030 do CPC	357
4.6.7.2.	Agravo em Recurso Especial e em Recurso Extraordinário.....	359
4.6.7.3.	Agravo interno	362
4.6.7.4.	Requerimento de processamento de recurso sobrestado.....	365
4.6.8.	Julgamento de recursos especial e extraordinário repetitivos	366
4.6.8.1.	Afetação e suspensão.....	368
4.6.8.2.	Participação dos interessados: contraditório mínimo para legitimidade da aplicação da decisão.....	370
4.6.8.3.	Julgamento e eficácia da decisão.....	375
4.7.	Embargos de divergência	379
4.7.1.	Cabimento	382
4.7.2.	Demais requisitos de admissibilidade	385
4.7.3.	Procedimento.....	387
4.7.4.	Efeitos.....	388
4.7.4.1.	Efeito devolutivo e eficácia <i>ultra partes</i>	388
4.7.4.2.	Efeito suspensivo	390
4.7.4.3.	Efeito interruptivo	391
5.	Ação Rescisória	393
5.1.	Conceito.....	393
5.2.	Natureza jurídica da ação rescisória.....	396
5.3.	Objeto da ação rescisória.....	397
5.3.1.	Ação rescisória contra decisão que fixa honorários de sucumbência.....	402
5.3.2.	Ação rescisória contra decisão de liquidação de sentença...	404
5.3.3.	Ação rescisória contra decisão que resolve incidente	405
5.3.4.	Ação rescisória contra decisão homologatória de ato dispositivo.....	406
5.3.5.	<i>Querela nullitatis</i>	409
5.4.	Legitimidade	411
5.5.	Competência.....	414
5.6.	Hipóteses de cabimento	418
5.6.1.	Ação rescisória pela prática de crime pelo juiz.....	419
5.6.2.	Ação rescisória por impedimento do juiz.....	421
5.6.3.	Ação rescisória por incompetência absoluta	422

5.6.4. Ação rescisória por dolo ou coação	424
5.6.5. Ação rescisória por simulação ou colusão das partes.....	426
5.6.6. Ação rescisória por ofensa a coisa julgada.....	427
5.6.7. Ação rescisória por manifesta violação a norma jurídica	429
5.6.8. Ação rescisória por utilização de prova falsa.....	434
5.6.9. Ação rescisória com base em prova nova.....	435
5.6.10. Ação rescisória por erro de fato.....	439
5.6.11. Rescindibilidade sem rescisória e outras hipóteses de cabi- mento da ação rescisória	441
5.7. Prazo	443
5.8. Demais requisitos de admissibilidade.....	448
5.9. Procedimento (provas, reconvenção, carta de ordem, tutela provi- sória).....	451
5.10. Julgamento da ação rescisória.....	453
5.11. Recursos.....	455
5.12. Execução.....	456
Referências bibliográficas.....	459